



2025/2026

Critérios de Avaliação

"Antecipar Futuros com Exigência e Inovação"

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	2
PRINCÍPIOS	
AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	
ORIENTAÇÕES PARA A AVALIAÇÃO	
ORIENTAÇÕES PARA A CLASSIFICAÇÃO	
EXPRESSÃO DA AVALIAÇÃO SUMATIVA	<i>6</i>
CRITÉRIOS DE TRANSIÇÃO E APROVAÇÃO	<i>6</i>
ALUNOS QUE BENEFICIAM DE MEDIDAS ADICIONAIS DE SUPORTE À APRENDIZAGEM E À INCLUSÃ	O. 7
NOTAÇÃO DOS TRABALHOS ESCOLARES	7
ENQUADRAMENTO LEGAL	8
ANEXO 1	9
ANEXO 2	10
ANEXO 3	11

INTRODUÇÃO

O Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho, homologa o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO) "que se afirma como referencial para as decisões a adotar por decisores e atores educativos ao nível dos estabelecimentos de educação e ensino e dos organismos responsáveis pelas políticas educativas" e que se constitui "como matriz comum para todas as escolas e ofertas educativas no âmbito da escolaridade obrigatória, designadamente ao nível curricular, no planeamento, na realização e na avaliação interna e externa do ensino e da aprendizagem."

O preâmbulo do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, apresenta a visão de "Uma escola inclusiva, promotora de melhores aprendizagens para todos os alunos" e destaca a importância de desenvolver a capacidade do trabalho cooperativo e autónomo. Enfatiza também a necessidade de fomentar competências de pesquisa, avaliação, reflexão e mobilização crítica e autónoma de informação, visando a resolução de problemas e o reforço da autoestima e bem-estar dos alunos. Valoriza, além disso, o trabalho de projeto e o desenvolvimento de experiências de comunicação e expressão em diversas modalidades, proporcionando aprendizagens significativas. Por fim, sublinha a importância de diversificar os métodos de avaliação para melhor compreender a eficácia do trabalho realizado e apoiar os alunos ao primeiro sinal de dificuldades de aprendizagem. Adicionalmente, o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, reitera o direito de todos os alunos à participação no processo de avaliação e elenca as modalidades de adaptações ao processo de avaliação.

De acordo com a Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto, na "avaliação interna são envolvidos os alunos, privilegiando-se um processo de autorregulação das suas aprendizagens", a "avaliação incide sobre as aprendizagens desenvolvidas pelos alunos, tendo por referência as Aprendizagens Essenciais, que constituem orientação curricular base, com especial enfoque nas áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória."

PRINCÍPIOS

O Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, destaca os princípios que visam garantir que a educação seja inclusiva, colaborativa e focada no desenvolvimento integral dos alunos elencando as orientações para a conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens no currículo dos ensinos básico e secundário:

- Promoção da melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem: focada numa abordagem multinível, reforçando a intervenção curricular das escolas e o caráter formativo da avaliação, para que todos os alunos adquiram os conhecimentos e desenvolvam as competências, atitudes e valores previstos no PASEO.
- Valorização dos percursos e progressos de cada aluno: considerada como condição para o sucesso e
 a concretização das suas potencialidades máximas.

- Valorização do trabalho colaborativo e interdisciplinar: no planeamento, realização e avaliação do ensino e das aprendizagens.
- Afirmação da avaliação das aprendizagens: como parte integrante da gestão do currículo, servindo como instrumento ao serviço do ensino e das aprendizagens.

A avaliação é assumida pelo Agrupamento como um processo essencialmente formativo, tendo como principal objetivo ajudar a promover ou a melhorar a formação do aluno, através da análise e reflexão sobre os processos de ensino e de aprendizagem. A avaliação formativa é contínua, sistemática e utiliza diversos métodos para apoiar as aprendizagens. As informações recolhidas ajudam a definir estratégias pedagógicas, superar dificuldades, facilitar a integração escolar e apoiar a orientação escolar e vocacional. Na avaliação, devem ser envolvidos os alunos, designadamente no processo de autorregulação, e os pais e encarregados de educação, mediante mecanismos de informação.

No início de cada ano letivo, é fundamental que os alunos e os encarregados de educação sejam devidamente informados acerca dos critérios de avaliação. Os critérios específicos de avaliação devem ser apresentados e analisados com os alunos e registada, no sumário, essa tomada de conhecimento.

Visando uma prática avaliativa como processo eminentemente pedagógico e procurando a melhoria das aprendizagens de todos os alunos, a ação do Agrupamento tem como base os seguintes princípios:

- Princípio da transparência no processo de avaliação, os critérios, as finalidades, os procedimentos, os momentos, os intervenientes e os processos de recolha de informação a utilizar devem ser conhecidos pelos principais intervenientes;
- Princípio da melhoria da aprendizagem consideração da avaliação como um processo eminentemente pedagógico ao serviço da aprendizagem e da sua melhoria;
- Princípio da integração curricular a avaliação é um processo que tem de estar intrinsecamente articulado com o currículo e com o seu desenvolvimento;
- Princípio da positividade perspetivar a avaliação como um processo que proporciona oportunidades
 para mostrarem o que os discentes sabem e são capazes de fazer;
- Princípio da diversificação diversificar os processos de recolha de informação e avaliar em diferentes momentos e contextos.

Os critérios gerais de avaliação do Agrupamento (Anexo 1) constituem referenciais comuns a toda a comunidade, sendo operacionalizados, no âmbito do respetivo plano de turma, pelo professor titular da turma, no 1.º ciclo, e pelos conselhos de turma, nos 2º e 3º ciclos do ensino básico.

Os critérios específicos de avaliação, a serem propostos pelos departamentos curriculares, devem obedecer aos critérios gerais definidos e ter em consideração as Aprendizagens Essenciais (AE), devidamente articuladas com o PASEO e a Estratégia de Educação para a Cidadania na Escola. Os critérios específicos de avaliação devem traduzir igualmente a importância relativa que cada um dos domínios ou temas assume nas

AE de cada disciplina. Caso os domínios ou temas não sejam claros, deve cada grupo disciplinar, analisando as AE, identificar os domínios ou temas a privilegiar, interpretando o currículo. Para cada domínio ou tema identificado, é atribuída uma ponderação e descritores de desempenho.

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR1

A Educação Pré-Escolar tem especificidades às quais não se adequam todas as práticas e formas avaliativas utilizadas tradicionalmente noutros níveis de ensino.

A avaliação na Educação Pré-Escolar assume uma dimensão marcadamente formativa, pois trata-se, essencialmente, de um processo contínuo e interpretativo que se interessa mais pelos processos do que pelos resultados e procura tornar a criança protagonista da sua aprendizagem, de modo a que vá tomando consciência do que já conseguiu e das dificuldades que vai tendo e como as vai ultrapassando. A Educação Pré-Escolar é perspetivada no sentido da educação ao longo da vida, assegurando à criança condições para abordar com sucesso a etapa seguinte. Importa salientar que a avaliação comporta vários momentos: planificação, recolha e interpretação da informação e adaptação das práticas e processos que serão objeto de reformulação sempre que necessário. Tendo como principal função a melhoria da qualidade das aprendizagens, a avaliação implica, no quadro da relação entre o jardim de infância, a família e a escola, uma construção partilhada que passa pelo diálogo, pela comunicação de processos e de resultados, tendo em vista a criação de contextos facilitadores de um percurso educativo e formativo de sucesso.

Na Educação Pré-Escolar, a avaliação é norteada pelas <u>Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar</u>, da Direção Geral da Educação (DGE). Assim, enquanto processo contínuo, de registo dos progressos realizados pela criança, ao longo do tempo, utiliza procedimentos centrados sobre o modo como a criança aprende, como processa a informação, como constrói o conhecimento ou resolve problemas.

ORIENTAÇÕES PARA A AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos não deve ser confundida com a classificação ou atribuição de uma nota. A avaliação é um processo eminentemente pedagógico que deve servir para ajudar os alunos a realizar aprendizagens significativas e está intrinsecamente articulada com os processos de aprendizagem e de ensino. Isto é, deve servir para o aluno aprender mais e melhor e para ajudar o professor a ensinar melhor e com maior facilidade:

- A avaliação é um processo que tem de envolver ativamente o professor e o aluno;
- Os alunos devem ser informados sobre os objetivos de aprendizagem e os critérios de avaliação de cada tarefa a realizar, participando, sempre que possível, no processo de definição de critérios das tarefas;

¹ Procedimentos e práticas organizativas e pedagógicas na avaliação da educação pré-escolar | Direção-Geral da Educação

- A principal modalidade de avaliação é a formativa, pelo que o feedback do professor sobre o desempenho e aprendizagens dos alunos deve ser constante, sistemático e regular;
- De forma a privilegiar esta modalidade de avaliação formativa, o Agrupamento adotou duas estratégias transversais a todos os ciclos e disciplinas: a implementação de rubricas de avaliação e a adoção de uma ficha de auto-hetero-coavaliação (ver anexos 2 e 3).
- Assim, aconselha-se o recurso, sempre que possível e oportuno, a rubricas de avaliação, fornecendo informação aos alunos antes, durante e depois da elaboração das tarefas;
- A auto e hétero e coavaliação concorrem para o rigor e fiabilidade da avaliação, pelo que devem ser utilizadas sempre que possível;
- A autoavaliação deve ocorrer regularmente e não apenas no final do período, de modo a promover o processo de autorregulação;
- O registo na grelha da auto, hétero e coavaliação do aluno deverá ser explorado e debatido com os alunos e ocorrer, pelo menos, duas vezes nos dois primeiros períodos.

ORIENTAÇÕES PARA A CLASSIFICAÇÃO

Conforme a Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto, a avaliação sumativa é um juízo global sobre as aprendizagens dos alunos, informando-os e aos encarregados de educação sobre o desenvolvimento das aprendizagens no final de cada período letivo. A coordenação deste processo é feita pelo professor titular de turma no 1.º ciclo e pelo diretor de turma nos 2.º e 3.º ciclos. Para disciplinas com organização diversa da anual, a classificação é atribuída no final do período adotado e aprovada pelo conselho de turma. No 9.º ano, a avaliação sumativa é complementada pelas provas finais do ensino básico. A avaliação sumativa final para disciplinas sem prova final é a classificação do 3.º período do ano terminal.

A classificação é um processo que leva à atribuição de uma nota, menção ou classificação aos alunos. Fazem-se aqui algumas explicitações acerca da questão da determinação das classificações dos alunos, sinalizando algumas orientações que as tornam mais transparentes, significativas, diversificadas, justas e com efeitos mais positivos nos esforços de aprendizagem dos alunos.

- A avaliação sumativa traduz-se na formulação de um juízo global sobre as aprendizagens realizadas pelos alunos, tendo como objetivos a classificação e a certificação;
- A classificação obtida nas diferentes áreas curriculares e níveis de ensino é calculada com base nos momentos de avaliação sumativa, que ocorrem, pelo menos, duas vezes nos dois primeiros períodos;
- Os momentos de avaliação sumativa para classificação devem recorrer a diferentes técnicas de recolha de dados: observação, testagem, inquérito ou análise de conteúdo;
- A proposta de nota final do período/ano é feita com base nos domínios/ temas / áreas e não nos instrumentos e técnicas de recolha de dados em si;

- As grelhas de classificação das diferentes disciplinas têm um layout comum a todo o agrupamento,
 com as devidas adaptações à sua especificidade, nas quais constam as ponderações nos domínios,
 temas ou áreas;
- A proposta de atribuição da classificação final faz-se sem utilizar ponderações ou médias de diferentes períodos, mas de acordo com o que os alunos efetivamente sabem e são capazes de fazer no momento da definição dessa classificação: no 1.º Período avalia-se o 1.º Período; no 2.º Período avalia-se o 2.º Período; no 3.º Período avalia-se todo o ano letivo, fazendo um juízo global que traduz as aprendizagens efetuadas pelo aluno.

EXPRESSÃO DA AVALIAÇÃO SUMATIVA

- No 1.º ciclo do ensino básico, a informação resultante da avaliação sumativa materializa-se na atribuição de uma menção qualitativa de Muito Bom, Bom, Suficiente e Insuficiente, em cada disciplina (exceto Tecnologias da Informação e Comunicação), sendo acompanhada de uma apreciação descritiva sobre a evolução das aprendizagens do aluno com inclusão de áreas a melhorar ou a consolidar, sempre que aplicável, a inscrever na ficha de registo de avaliação.
- No caso do 1.º ano de escolaridade, a informação resultante da avaliação sumativa no primeiro e segundo períodos pode expressar-se apenas de forma descritiva.
- Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, a informação resultante da avaliação sumativa expressa-se numa escala de 1 a 5, em todas as disciplinas, e, sempre que se considere relevante, é acompanhada de uma apreciação descritiva sobre a evolução da aprendizagem do aluno, incluindo as áreas a melhorar ou a consolidar, a inscrever na ficha de registo de avaliação.
- As aprendizagens desenvolvidas pelos alunos no quadro das opções curriculares, nomeadamente dos
 Domínios de Articulação Curricular (DAC), são consideradas na avaliação das respetivas disciplinas.
- A ficha de registo de avaliação, que reúne as informações sobre as aprendizagens no final de cada período letivo, deve ser apresentada aos encarregados de educação, sempre que possível em reunião presencial, por forma a garantir a partilha de informação e o acompanhamento do aluno.

CRITÉRIOS DE TRANSIÇÃO E APROVAÇÃO

A evolução do processo educativo dos alunos no ensino básico assume uma lógica de ciclo, progredindo para o ciclo imediato o aluno que tenha adquirido os conhecimentos e desenvolvido as capacidades definidas para cada ciclo de ensino.

ANOS NÃO TERMINAIS DE CICLO

Situação final: Transitou / Não Transitou

1.º	No 1.º ano de escolaridade não há lugar a retenção.
2.º e 3.º	Considera-se que os alunos que obtiverem Insuficiente a Português e a Matemática não reúnem condições para transição. A progressão de um aluno nestas condições deve ser devidamente fundamentada em ata de avaliação, quanto ao grau de distanciamento face às aprendizagens essenciais e aos benefícios da transição para o aluno.
5.º, 7.º e 8.º	Considera-se que os alunos não desenvolveram as aprendizagens definidas para o ano de escolaridade que frequentam e não reúnem condições para progredirem ao ano seguinte se obtiverem níveis inferiores a 3 em mais de três disciplinas.

ANOS TERMINAIS DE CICLO

Situação final: Aprovado / Não Aprovado

- **4.º** O aluno não progride e obtém a menção de **Não Aprovado**, se tiver obtido:
 - 1. Menção Insuficiente em Português ou PLNM ou PL2 e em Matemática;
 - 2. Menção Insuficiente em Português ou Matemática e, cumulativamente, menção Insuficiente em duas das restantes disciplinas.
- 6.º O aluno não progride e obtém a menção de **Não Aprovado**, se tiver obtido:
 - 1. Classificação inferior a nível 3 nas disciplinas de Português ou PLNM ou PL2 e de Matemática;
 - 2. Classificação inferior a nível 3 em três ou mais disciplinas.
- 9.º O aluno não progride e obtém a menção de **Não Aprovado**, se:
 - 1. Tiver obtido classificação inferior a nível 3 nas disciplinas de Português ou PLNM ou PL2 e de Matemática;
 - 2. Tiver obtido classificação inferior a nível 3 em três ou mais disciplinas;
 - 3. Não tiver realizado as provas finais (se aplicável).

ALUNOS QUE BENEFICIAM DE MEDIDAS ADICIONAIS DE SUPORTE À APRENDIZAGEM E À INCLUSÃO

Os critérios de avaliação são definidos tendo por base o Relatório Técnico-Pedagógico e o Programa Educativo Individual dos Alunos, as AE, o PASEO e os respetivos normativos legais.

NOTAÇÃO DOS TRABALHOS ESCOLARES

Os trabalhos escolares são classificados (de forma qualitativa e/ou quantitativa) de acordo com a seguinte tabela:

Muito Insuficiente	0 a 19% (Nível Um)
Insuficiente	20 a 49% (Nível Dois)
Suficiente	50 a 69% (Nível Três)
Bom	70 a 89% (Nível Quatro)
Muito Bom	90 a 100% (Nível Cinco)

ENQUADRAMENTO LEGAL

Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho
Despacho n.º 6944-A/2018, de 19 de julho
Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho
Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho
Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho
Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto
Instrumentos de Autonomia da Escola
Estratégia de Educação para a Cidadania na Escola

Aprovado pelo Conselho Pedagógico de 1 de outubro de 2025

O Presidente do Conselho Pedagógico

ANEXO 1

CRITÉRIOS DE			DESCRITORES DE DESEMPENHO		
AVALIAÇÃO TRANSVERSAIS	NÍVEL 5 MUITO BOM	NÍVEL 4 BOM	NÍVEL 3 SUFICIENTE	NÍVEL 2 INSUFICIENTE	NÍVEL 1 MUITO INSUFICIENTE
AQUISIÇÃO DE CONHECIMENTOS	Adquire todos os conhecimentos teóricos sobre as temáticas em estudo.		Adquire a maioria dos conhecimentos teóricos sobre as temáticas em estudo.		Não adquire os conhecimentos teóricos sobre a temática em estudo.
	Demonstra com facilidade os seus conhecimentos, revelando excelentes competências comunicacionais.		Demonstra com alguma dificuldade os seus conhecimentos, revelando razoáveis competências comunicacionais.		Não consegue demonstrar os seus conhecimentos, revelando falta de competências comunicacionais.
APLICAÇÃO PRÁTICA DE CONHECIMENTOS	Aplica na prática, corretamente, todos os conhecimentos teóricos sobre a temática em estudo.		Aplica, na prática, com alguma correção a maioria dos conhecimentos teóricos sobre a temática em estudo.		Não consegue aplicar na prática os conhecimentos teóricos sobre a temática em estudo.
	Consegue aplicar com facilidade os conhecimentos adquiridos a novas situações.		Consegue aplicar com alguma dificuldade os conhecimentos adquiridos a novas situações.		Não consegue aplicar os conhecimentos adquiridos a novas situações.
ATITUDES DURANTE A AQUISIÇÃO E APLICAÇÃO DE CONHECIMENTOS	Revela sempre atitudes de respeito por si e pelos outros, na sala de aula.		Revela muitas vezes atitudes de respeito por si e pelos outros, na sala de aula.		Não revela atitudes de respeito por si e pelos outros, na sala de aula.
	Revela sempre muito empenho, responsabilidade e autonomia durante a aquisição e aplicação dos conhecimentos.		Revela empenho, responsabilidade e autonomia durante a aquisição e aplicação dos conhecimentos.		Não revela empenho, nem responsabilidade ou autonomia durante a aquisição e aplicação dos conhecimentos.

ANEXO 2

FICHA DE AUTO-HETERO E COAVALIAÇÃO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VILA VERDE							
NOMEN.ºANO/TURMAESCOLA				ANO LETIVO/			
CRITÉRIOS	DESCRITORES	1.º Período		2.º Período		3.º Período	
	J 25 6 M 1 6 M 2 5	/	/	_/_	_/_	_/_	_/_
AQUISIÇÃO DE CONHECIMENTOS	 Adquiri os conhecimentos teóricos sobre as temáticas em estudo. Demonstrei os meus conhecimentos, revelando competências comunicacionais. 						
APLICAÇÃO PRÁTICA DE CONHECIMENTOS	 Apliquei na prática os conhecimentos teóricos sobre a temática em estudo. Apliquei os conhecimentos adquiridos em novas situações. 						
ATITUDES DURANTE A AQUISIÇÃO E APLICAÇÃO DE CONHECIMENTOS	 Revelei atitudes de respeito por mim e pelos outros, na sala de aula. Revelei empenho, responsabilidade e autonomia durante a aquisição e aplicação dos conhecimentos. 						
	ASSINATURAS						
							I.

Preenche os espaços com a abreviatura que corresponde à menção:

CMF - COM MUITA FACILIDADE; CF - COM FACILIDADE; CAF - COM ALGUMA FACILIDADE; CD – COM DIFICULDADE; CMD - COM MUITA DIFICULDADE

ANEXO 3

São propostas quatro rubricas transversais por cada técnica de recolha de dados (testagem, inquérito, análise de conteúdo e observação) para anteceder, acompanhar e finalizar a avaliação das tarefas, de modo a valorizar a autoavaliação dos alunos e o feedback atempado por parte dos professores e dos pares, de modo a possibilitar a reformulação das tarefas e novas oportunidades de aprendizagem. Estas rubricas devem constituir-se como uma base de trabalho flexível, passíveis de adequação a qualquer tarefa, mediante a criação de subcritérios e descritores específicos de níveis de desempenho, consoante as especificidades de cada disciplina.

RUBRICA DE AVALIAÇÃO DAS TAREFAS RELACIONADAS COM A ANÁLISE DE CONTEÚDO

CDITÉDIOS	NODNICA DE AVALIAÇA	TO DAS TAILLI AS I	DESCRITORES DE DESCRAPEALIO	ITILODO	
CRITÉRIOS	NÍVEL 5 MUITO BOM	NÍVEL 4 BOM	DESCRITORES DE DESEMPENHO NÍVEL 3 SUFICIENTE	NÍVEL 2 INSUFICIENTE	NÍVEL 1 MUITO INSUFICIENTE
AQUISIÇÃO DE CONHECIMENTOS	O aluno demonstra com muita correção os conhecimentos teóricos adquiridos sobre a temática em estudo.	correção	O aluno demonstra com alguma correção os conhecimentos teóricos adquiridos sobre a temática em estudo.	pouca	O aluno não demonstra conhecimentos teóricos sobre a temática em estudo.
APLICAÇÃO PRÁTICA DE CONHECIMENTOS	O aluno aplica com muita facilidade os conhecimentos teóricos adquiridos em situações práticas/experimentais.	com facilidade	O aluno aplica com alguma facilidade os conhecimentos teóricos adquiridos em situações práticas/ experimentais.	com muita dificuldade	O aluno não consegue aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos em situações práticas/experimentais.
ATITUDES DURANTE A AQUISIÇÃO E APLICAÇÃO DE CONHECIMENTOS	O aluno revela sempre , durante a aquisição e aplicação dos conhecimentos, atitudes de respeito por si e pelos outros; empenho e perseverança; responsabilidade e autonomia pessoal centrada nos direitos humanos, na democracia, na cidadania e na equidade.	frequentemen te	O aluno revela regularmente , durante a aquisição e aplicação dos conhecimentos, atitudes de respeito por si e pelos outros; empenho e perseverança; responsabilidade e autonomia pessoal centrada nos direitos humanos, na democracia, na cidadania e na equidade.	raramente	O aluno não revela, durante a aquisição e aplicação dos conhecimentos, atitudes de respeito por si e pelos outros; empenho e perseverança; responsabilidade e autonomia pessoal centrada nos direitos humanos, na democracia, na cidadania e na equidade.

RUBRICA DE AVALIAÇÃO DAS TAREFAS RELACIONADAS COM A OBSERVAÇÃO

_		•	•		
CRITÉRIOS			DESCRITORES DE DESEMPENHO		
	NÍVEL 5 MUITO BOM	NÍVEL 4 BOM	NÍVEL 3 SUFICIENTE	NÍVEL 2 INSUFICIENTE	NÍVEL 1 MUITO INSUFICIENTE
AQUISIÇÃO DE CONHECIMENTOS	O aluno demonstra com muita facilidade os conhecimentos e capacidades adquiridos na tarefa observada.	facilidade	O aluno demonstra com alguma facilidade os conhecimentos e as competências adquiridos na tarefa observada.	muita dificuldade	O aluno não demonstra os conhecimentos e as competências adquiridos na tarefa observada.
APLICAÇÃO PRÁTICA DE CONHECIMENTOS	O aluno aplica com muita facilidade as competências e os conhecimentos adquiridos na tarefa observada.	facilidade	O aluno aplica com alguma facilidade as competências e os conhecimentos adquiridos na tarefa observada.	muita dificuldade	O aluno não aplica as competências e os conhecimentos adquiridos na tarefa observada.
ATITUDES DURANTE A AQUISIÇÃO E APLICAÇÃO DE CONHECIMENTOS	O aluno revela sempre , durante a tarefa observada, atitudes de respeito por si e pelos outros; empenho e perseverança; responsabilidade e autonomia pessoal centrada nos direitos humanos, na democracia, na cidadania e na equidade.	frequentemente	O aluno revela com alguma frequência, durante a tarefa observada, atitudes de respeito por si e pelos outros; empenho e perseverança; responsabilidade e autonomia pessoal centrada nos direitos humanos, na democracia, na cidadania e na equidade.	raramente	O aluno não revela, durante a tarefa observada, atitudes de respeito por si e pelos outros; empenho e perseverança; responsabilidade e autonomia pessoal centrada nos direitos humanos, na democracia, na cidadania e na equidade.

RUBRICA DE AVALIAÇÃO DAS TAREFAS RELACIONADAS COM A TESTAGEM

CRITÉRIOS			DESCRITORES DE DESEMPENHO		
	NÍVEL 5 MUITO BOM	NÍVEL 4 BOM	NÍVEL 3 SUFICIENTE	NÍVEL 2 INSUFICIENTE	NÍVEL 1 MUITO INSUFICIENTE
AQUISIÇÃO DE CONHECIMENTOS	O aluno responde corretamente à totalidade do teste.	quase totalidade	O aluno responde corretamente a metade do teste.	uma minoria	O aluno não responde corretamente à maioria das questões do teste.
APLICAÇÃO PRÁTICA DE CONHECIMENTOS	O aluno responde corretamente à totalidade das questões do teste de aplicação prática dos conhecimentos.	quase totalidade	O aluno responde corretamente a metade das questões do teste de aplicação prática dos conhecimentos.	uma minoria	O aluno não responde corretamente à maioria das questões do teste de aplicação prática dos conhecimentos.
ATITUDES DURANTE A AQUISIÇÃO E APLICAÇÃO DE CONHECIMENTOS	O aluno revelou muito interesse , empenho e responsabilidade na realização do teste, tentando sempre superar as suas dificuldades.	interesse	O aluno revelou algum interesse , empenho e responsabilidade na realização do teste, tentando superar as suas dificuldades.	pouco interesse	O aluno não revelou interesse , empenho e responsabilidade na realização do teste, não tentando superar as suas dificuldades.

RUBRICA DE AVALIAÇÃO DAS TAREFAS RELACIONADAS COM O INQUÉRITO

		•	~		
CRITÉRIOS			DESCRITORES DE DESEMPENHO		
	NÍVEL 5 MUITO BOM	NÍVEL 4 BOM	NÍVEL 3 SUFICIENTE	NÍVEL 2 INSUFICIENTE	NÍVEL 1 MUITO INSUFICIENTE
AQUISIÇÃO DE CONHECIMENTOS	O aluno demonstra com muita facilidade os conhecimentos adquiridos através do inquérito realizado.	facilidade	O aluno demonstra com alguma facilidade a aquisição dos conhecimentos adquiridos através do inquérito realizado.	muita dificuldade	O aluno não demonstra a aquisição dos conhecimentos adquiridos através do inquérito realizado.
APLICAÇÃO PRÁTICA DE CONHECIMENTOS	O aluno aplica com muita facilidade a os conhecimentos adquiridos através do inquérito realizado.	facilidade	O aluno aplica com alguma facilidade a os conhecimentos adquiridos através do inquérito realizado.	muita dificuldade	O aluno não aplica os conhecimentos adquiridos através do inquérito realizado.
ATITUDES DURANTE A AQUISIÇÃO E APLICAÇÃO DE CONHECIMENTOS	O aluno revelou elevado espírito crítico face às situações apresentadas no inquérito.	espírito crítico	O aluno revelou algum espírito crítico face às situações apresentadas no inquérito.	pouco espírito crítico	O aluno não revelou espírito crítico face às situações apresentadas no inquérito.